



LULA E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO BRASIL

FLÁVIO LÚCIO RODRIGUES VIEIRA*

CÍCERO CARNEIRO DA SILVA**

EDILAINE BONNER DE LUNA***

FILIFE SAMUEL RODRIGUES VIEIRA****

VITÓRIA DE ARAÚJO SANTOS*****

TATIANE ALVES SILVA*****

* Doutor. Professor Associado III do Departamento de História da UFPB

** Graduando em História pela UFPB

*** Graduando em Ciências Sociais pela UFPB

**** Graduando em Ciências Sociais pela UFPB

***** Mestranda em Serviço Social pela UFPE

***** Graduando em Ciências Sociais pela UFPB

2. INTRODUÇÃO

As vitórias de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência do Brasil, em 2002 e 2006, e de sua sucessora, Dilma Rousseff, também eleita e reeleita em 2010 e 2014, ainda ensejarão muita discussão e reflexão teórica sobre o alcance e o significado histórico dessas vitórias e dos seus respectivos governos. Especialmente depois dos acontecimentos pós-2013, que deram início a uma reação conservadora que, se não impediu a reeleição de Dilma Rousseff no ano seguinte, foi a ponta de lança para promover as grandes mobilizações da classe média que impulsionaram o impeachment da presidenta petista.

Trabalhamos no estudo das raízes históricas que delinearão o fracasso da estratégia de mudança promovida durante os governos de Lula e Dilma Rousseff (2003-2016) a partir da hipótese de que os conflitos que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff podem ser interpretados como uma atualização das contradições históricas da via de modernização burguesa. Centrada no esforço de produzir um pacto político com setores da política nacional e do empresariado, ao mesmo tempo em que prescindia da mobilização social, tal estratégia parecia resultar vitoriosa até que os eventos iniciados nos EUA, em 2008, que arrastaram as economias desenvolvidas para uma violenta crise econômica global, terem começado a corroer as bases políticas de tão mau costurado pacto.

Aos primeiros sinais da crise que começava a chegar ao Brasil, a latente radicalização política começou a se intensificar a partir de 2013 e a ganhar as ruas do país, acabando por desaguar nas mobilizações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, iniciadas imediatamente após a sua reeleição, em 2014, e em seu afastamento definitivo em agosto de 2016, menos de dois anos depois de iniciado o segundo mandato. Um novo “golpe” de Estado – “pseudolegal, ‘constitucional’, ‘institucional’, parlamentar”, ou o que se preferir, mas, “golpe de Estado” (Michel Lowy).

Partimos da hipótese de que os conflitos que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff podem ser interpretados com uma atualização de contradições históricas engendradas pelas configurações que assumiram o Estado brasileiro em seu processo de formação, que é parte decisiva da via de modernização burguesa. Elementos que também podem ser identificados nos acontecimentos que, ao longo da década de 1950 e primeiros anos da de 1960, desaguarão no golpe civil-militar de 1964. Essas contradições estão relacionadas aos mesmos

entraves, já que eles não foram superados, estabelecidos ao longo desse processo, que tem como marco a Independência do Brasil, em 1822, a saber: a concentração social e regional da renda e da terra, a democratização da sociedade e do Estado e a dependência externa, – são exemplares históricos de um mesmo processo, que, segundo pensamos, apenas se atualiza.

As novidades do golpe de Estado de 2016, o primeiro no Brasil do novo milênio, vão além de sua forma parlamentar, que, pela primeira vez na história republicana brasileira, prescindiu – por enquanto – da intervenção diretamente militar. Em 1964, por exemplo, mesmo com a escancarada intervenção dos militares nas ruas do país, procurou-se dar ao golpe tinturas de legalidade. O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) à época, Álvaro Ribeiro da Costa, não apenas participou da “cerimônia de posse” de Ranieri Mazzilli, realizada na madrugada do dia 2 de abril, como deu declarações públicas em apoio ao ato dos militares: “O desafio feito à democracia foi respondido vigorosamente. Sua recuperação tornou-se legítima através do movimento liderado pelas Forças Armadas, já estando restabelecido o poder de governo pela forma constitucional”. (apud QUEIROZ, 2015, pp. 325-326). O cargo de Presidente que legitimamente João Goulart ocupava foi declarado “vago” por Auro de Moura Andrade, que presidia o Senado, fato que ensejou a anulação dessa sessão mais de 50 anos depois pelo próprio Senado (SENADO, 2016). Da mesma maneira que as Organizações Globo reconheceram, quase 50 anos, “à luz da História”, que foi “um erro” o apoio dado ao “golpe”, que ao longo de sua tenebrosa duração preferiu chamar de “revolução” (O GLOBO, 2013). O mesmo ocorreu com a Ordem dos Advogados do Brasil.

Essas formalidades retóricas e jurídicas, entretanto, não impediram que os militares fossem os sujeitos principais daquela iniciativa. Foram os militares a assumirem diretamente a Presidência e o controle do Estado daquela vez.

Diferente de 1964, em 2016 a Guerra Fria já havia se encerrado, mas o acirramento dos conflitos internacionais, segundo a apreciação de Noam Chomsky, assumiu um caráter potencialmente mais explosivo (CARTA MAIOR, 2016) do que no período do pós-Segunda Guerra até o início da década de 1980, quando a URSS rivalizava com os EUA. A China ocupou o lugar da URSS e a Rússia, mesmo numa posição secundária, mas armada de um imenso arsenal nuclear, voltou a ser um antagonista da estratégia global dos EUA nas fronteiras de sua área de influência na Europa, Ásia e Oriente Médio. Além disso, novos atores emergiram nas relações internacionais, como a Índia. E, é importante acrescentar, o

governo brasileiro sob a liderança de Lula foi peça-chave na formação dos BRICS, uma articulação ousada da política externa brasileira que resultou em acordos comerciais e na criação de um Banco de fomento e de proteção financeira para as economias dos países membros.

Nas décadas que se seguiram a 1964, o Brasil se transformou em outro país. A economia brasileira amadureceu e concluiu do ciclo de substituição de importações (BRESSER PEREIRA, 1985) e uma nova sociedade emergiu, mais urbana e industrial (MELLO e NOVAES, 2009.). Depois dos militares, no curto período que durou os governos Sarney, Collor e Itamar Franco, seguiram-se reformas empreendidas ao longo dos anos 1995-2002, que desmontaram o Estado desenvolvimentista, com especial atenção às privatizações de empresas estatais que cumpriram papel estratégico no desenvolvimento econômico brasileiro, Fernando Henrique Cardoso cumpriu em parte a missão que em grande medida orientou o seu governo: encerrar a “Era Vargas”, como ele mesmo declarou que faria ao tomar posse (FHC, 1995). Resultado em parte desse desmonte, e da crise social que se seguiu, Lula finalmente se elegeu presidente em 2002.

Entendemos que a relevância do estudo e da pesquisa dessa temática se expressa não apenas pela atualidade do debate, mas por suas relações históricas com o passado. E, da maneira que, claro, ainda não é possível precisar, também com o futuro. Trata-se, sem dúvida, de um desafio, porque talvez estejamos diante de um acontecimento de amplo significado histórico, o que nos obriga a retomar aqui as palavras de Hobsbawm sobre o “presente como história”, ditas, aliás, em visita ao Brasil, em 1995.

“Mas a própria frase ‘de seu próprio tempo’ aponta para uma questão importante. Ela supõe que uma experiência de vida individual é também coletiva. De certa forma, isto é obviamente verdadeiro, ainda que seja paradoxal. Se a maioria de nós reconhece os marcos mais importantes da história mundial ou nacional em nossa vida, não o fazemos porque todos nós os vivenciamos, mesmo que isso possa realmente ter ocorrido com alguns de nós, ou que alguns de nós os tenhamos percebido na época como marcos.” (HOBSBAWM, 1995, p. 104)

A história brasileira está diante de mais um marco histórico? Mais ainda: os acontecimentos de 2016 representam mais um capítulo a confirmar, no presente, sempre incorporado de novos atores, a via conservadora e reacionária da nossa modernização? Portanto, pretendemos

estabelecer as relações históricas entre os acontecimentos que levaram ao afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República, em 2016, com o longo processo histórico da modernização brasileira. Segundo, consideramos fundamental identificar possíveis contradições e paradoxos no interior do modelo de desenvolvimento lulista, resultado da intenção de gestar um pacto político com a burguesia brasileira, a partir das iniciativas governamentais em áreas estratégicas – *políticas internas*: social, salarial, agrária, econômica, industrial, de desenvolvimento regional, tributária, fiscal, monetária; *política externa*: relações com a América Latina, especialmente com os governos de esquerda assumidamente antiamericanos, África e Oriente Médio, além da aliança global com os BRICS (Rússia, China, Índia e África do Sul), bem como a respeito do financiamento externo, que envolve a relação com FMI e BIRD e Fundo Soberano.

Modernização conservadora, revolução passiva e via prussiana

O estudo da modernização burguesa no Brasil permite estabelecer relações com outros processos de modernização que se aproximam da nossa experiência histórica – a exemplo do Japão e da Alemanha (FIORI, 1999) –, mas, principalmente, identificar as especificidades brasileiras e, portanto, como nasceu, amadureceu e se consolidou uma via própria, brasileira, de modernização burguesa.

Uma preocupação que devemos aqui expor é evitar “encaixar” a via brasileira em categorias de análises que se baseiam em processos históricos cujas particularidades impedem, em aspectos centrais, qualquer aproximação com a realidade brasileira: nos casos considerados clássicos que serão aqui apresentados – Marx, Engels e, principalmente, Lênin, Gramsci e Barrington Moore, – a Alemanha e a Itália são objetos privilegiados de análise, nos casos dos primeiros, enquanto que Barrington Moore aborda, de maneira comparada, além das revoluções burguesas consideradas clássicas (inglesa, francesa e americana), os casos da Alemanha, Japão, China e Índia.

No âmbito do marxismo, como veremos, alguns dos seus importantes teóricos, desde Marx, empreenderam um esforço de criar uma teoria geral da revolução que procuraram dar conta das passagens das sociedades pré-capitalistas, de estruturas econômicas e sociais ainda predominantemente feudais, para as sociedades capitalistas modernas e industriais.

Além dos estudos de *O Capital*, em especial em dos capítulos históricos de sua obra-prima –

“A assim chamada acumulação primitiva” (MARX,1985) –, onde o filósofo e economista alemão dá vida à teoria a partir do estudo de caso sobre a origem do capital na Inglaterra, Marx dedicou importantes reflexões ao caso alemão, boa parte delas a partir das análises realizadas a respeito das revoluções de 1848 no jornal *Nova Gazeta Renana* (CONTRIN, 2013). Marx também se interessou diretamente pela modernização da Ásia, especialmente com a Índia e o impacto do colonialismo inglês nas estruturas sociais e econômicas mongóis e hindus no país (MARX, 2007).

Além dos estudos de *O Capital*, em especial em dos capítulos históricos de sua obra-prima – “A assim chamada acumulação primitiva” (MARX,1985) –, onde o filósofo e economista alemão dá vida à teoria a partir do estudo de caso sobre a origem do capital na Inglaterra, Marx dedicou importantes reflexões ao caso alemão, boa parte delas a partir das análises realizadas para o jornal *Nova Gazeta Renana* acerca das revoluções de 1848 (CONTRIN, 2013.) Marx também se interessou diretamente pela modernização da Ásia, especialmente pela Índia e o impacto do colonialismo inglês nas formas sociais e econômicas pré-capitalistas mongóis e hindus do país. Marx parte do pressuposto de que a história da Índia é, por assim dizer, a história dos povos “bárbaros” que por séculos a invadiram e, como logrou acontecer com os mongóis, já convertidos ao islamismo, estes também foram incorporados pelas tradições hindus, considerada por ele “superior” (MARX, 2003). Nesse aspecto, os ingleses foram os primeiros conquistadores que se tornaram “inacessíveis à civilização hindu” (*ibid*).

Essa perspectiva já havia sido antecipada alguns anos antes no *Manifesto do Partido Comunista* Marx e Engels, quando ficou ali esboçada a ideia do papel revolucionário desempenhado pela burguesia onde quer que ela “tenha conquistado o poder” (MARX e ENELS, 1998, p. 9). Na Índia não foi diferente o papel desempenhado pela burguesia inglesa: unidade política, telégrafo elétrico, exército permanente e treinado em bases modernas, imprensa livre, ferrovia com estradas de ferro que articulou o mercado interno do país, bem como navegação a vapor que integrou a Índia à Ásia e à Europa. Além disso, os ingleses introduziram sistemas de organização e exploração da terra, os *zemindari* e *ryotwari*, que permitiram o surgimento de formas da propriedade burguesa da terra e de submissão do trabalho agrícola (MARX, 2003), o que finalmente deu estabilidade aos proprietários para investir de maneira produtiva e produzir acumulação.

É bom notar que esses escritos de Marx sobre a Índia são anteriores (1853) à sublevação do

Sipaios (1858) e, portanto, ainda tratam do governo da Companhia das Índias Orientais inglesa. Depois de 1858, a Índia acabou sendo alçada à condição de “Império” e passou a ser administrada por uma burocracia civil profissional, o que, se não alterou a lógica do colonialismo, estabeleceu novas formas de administração colonial que são a ponta de lança para o “autogoverno”. (PANIKKAR, 1977)

Engels foi quem se dedicou a estudar mais pormenorizadamente a revolução alemã. Em *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*, em que estuda a revolução de 1848, Engels (2007) começou por analisar a divisão da sociedade alemã, ainda dominada por traços feudais: a alta nobreza mantinha antigos privilégios, como o direito senhorial sobre a terra e sobre o campesinato e direitos de jurisdição que a isentava de pagar impostos. No campo, onde vivia a maior parte do povo alemão, havia um numeroso campesinato, que se subdividia entre os lavradores mais ricos, os pequenos camponeses livres, os rendeiros feudais, e, por fim, os trabalhadores agrícolas. Nas cidades, as indústrias não lograram até ali um desenvolvimento que as colocasse em pé de igualdade com as da Inglaterra e da França. Apesar da influência política e econômica crescente – e as limitadas conquistas obtidas entre 1815 e 1848 como a Tarifa Protetora Prussiana, de 1818, e a formação do *Zollverein*, um acordo aduaneiro entre os estados germânicos que deu origem ao mercado interno alemão, – a burguesia alemã não era forte o suficiente para liderar uma revolução contra a nobreza *junker*. Foi a radicalidade da Revolução de 1848 que a empurrou para uma aliança contra aqueles que combatera: a realeza, exército e a burocracia prussianas, a grande nobreza feudal, os *junkers*, e os padres. (ENGELS, 2008). Dessa aliança nasceu o moderno Estado prussiano, que prescindiu da forma revolucionária, e abriu caminho para a modernização capitalista burguesa.

Segundo Fiori:

“Por esses motivos, a burguesia alemã não alcançou a mesma supremacia política lograda na Inglaterra e na França, sendo obrigada a uma aliança com a nobreza agrária, da qual resultou uma evolução *progressiva* das relações de produção, uma evolução *desde cima* ou *pelo alto*, como chamariam mais tarde”. (FIORI, 1995, p. 60)

As reflexões de Engels abriram caminho para o que Lênin, ao estudar as alternativas de organização econômica para a agricultura russa, chamou de “via tipicamente prussiana”.

Lênin caracterizou de maneira mais sistemática o papel da economia agrária feudal, especialmente suas incongruências como o desenvolvimento do capitalismo russo. No debate a respeito das vias de desenvolvimento, Lênin identificou no início do século XX que a modernização burguesa no campo russo seguia a “via prussiana”, numa referência à maneira como foi feita a conversão da propriedade feudal em propriedade burguesa na Alemanha no século XIX, e que se realizou sem uma ruptura com a grande propriedade rural.

Lenin identificou duas vias para promover o desaparecimento do feudalismo e desenvolvimento capitalista no campo. A via prussiana e a via norteamericana. No caso da via prussiana, a propriedade feudal da nobreza se transformou gradualmente em propriedade burguesa ao subjugar os camponeses pobres, sem promover a divisão das grandes propriedades. No caso dos Estados Unidos, por conta da inexistência da propriedade feudal, o camponês foi transformado em pequeno proprietário rural, daí evoluindo para se tornar um pequeno capitalista (LENIN, 1977, p. 241-42).

Como nota COUTINHO (1988), os historiadores brasileiros marxistas, como Caio Prado Jr., pouco fizeram uso da categoria “via prussiana – ou mesmo da gramsciana “revolução passiva” –, o que não o impediu de desenvolver uma abordagem da história brasileira a partir de noções como “transição” e “modernização”. Caio Prado jamais citou Gramsci em suas obras, e mesmo as menções a Lênin se resumem ao *Imperialismo, fase superior do capitalismo*.

Coutinho deu relevo à tese da *via prussiana* para compreender a modernização burguesa brasileira, cuja origem pode ser identificada na transformação da grande propriedade rural em empresa capitalista, e que abriu caminho para a industrialização, tese que reforça o particularismo brasileiro e coloca em xeque as limitações impostas pela dependência externa (COUTINHO, 2007). Para Coutinho, a transição brasileira para a modernização burguesa se deu “pelo alto”, pela via prussiana, que prescindiu de uma revolução “democrático-burguesa”. Além da *via prussiana*, Coutinho tentou combinar a noção gramsciana mais ampliada de “revolução passiva”.

Gramsci é outro importante teórico do marxismo nesse debate, cujo esforço para entender a configuração da hegemonia burguesa na Itália. Ali, a unificação italiana se combinou com uma forma própria de revolução burguesa, convertendo-se em um processo único: *II*

Risorgimento (GRAMSCI, 2002). A *unificação italiana*, apesar das muitas diferenças, guarda algumas semelhanças com a unificação alemã em torno da Prússia, porque, assim como aconteceu na Alemanha, representou uma ampla aliança conservadora das classes proprietárias italianas cujo objetivo foi evitar a vitória do jacobino Partido da Ação e evitar que a revolução burguesa de 1848 assumisse a radicalidade que teve na França, a partir de 1789.

Nesse sentido, o ressurgimento italiano acabou assumindo a forma de um nacionalismo conservador, que se apresentou como um novo despertar político a respeito da Itália que renascia. Gramsci passeia por essa história e sua abordagem da questão nacional acaba sendo uma fecunda crítica do nacionalismo na forma que ele assumiu ao longo do século XIX na Itália, processo no qual os intelectuais, os historiadores, em especial, tiveram papel decisivo ao converter a história do ressurgimento italiano em uma “biografia nacional” (GRAMSCI, 2014, p. 89).

Na análise do ressurgimento italiano, Gramsci abraça o conceito de “revolução passiva” esboçada originalmente por Vincenzo Cuoco, intelectual italiano que estudou a revolução napolitana de 1799 no transcurso das invasões napoleônicas. Para Gramsci, o conceito de revolução passiva é “exato não apenas para a Itália, mas também para outros países que modernizaram o Estado por meio de uma série de reformas ou guerras nacionais, sem passar pela revolução jacobina do tipo radical-jacobino” (id., p. 219).

Ou seja, a modernização burguesa na Itália prescindiu da iniciativa popular e representou um movimento que nasceu sob a liderança política de personalidades e agrupamentos que representavam os interesses da nascente burguesia industrial nortista e dos proprietários feudais do sul. Ao longo desse processo, mesmo os intelectuais considerados mais radicais vão se incorporando à nova ordem durante a formação do Estado italiano na segunda metade do século XIX, até que partidos inteiros passam a compor o “campo moderado”, mudança que Gramsci chamou de “transformismo” (id., 229-230). Enfim, por “revolução passiva” Gramsci não compreende apenas um acontecimento, mas um processo de média e longa duração em que a hegemonia burguesa nasce, se desenvolve e se consolida como hegemonia, ou seja, deixa de ser exercida pelo “domínio ditatorial”.

Uma fecunda aplicação do conceito de *revolução passiva* foi feita por WERNECK VIANA

(1998), para quem o Brasil “pode ser caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva” porque aqui, diferente do que ocorreu na América hispânica, quando a luta de independência se desenvolveu inicialmente como “um típico processo revolucionário nacional-libertador”, no Brasil o fim do pacto colonial começou com a vinda da família real portuguesa para o país: “desde aí começa a ceder terreno à lógica do conservar-mudando, cabendo à iniciativa do príncipe herdeiro da Casa Real o ato político que culminou com o desenlace da Independência, em um processo clássico de cooptação das antigas lideranças de motivação nacional-libertadora (ibid., p. 186).

Em *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, WERNECK VIANNA (1988) procurar dar ênfase à dinâmica interna das relações sociais no Brasil a partir de 1930, vista não como ruptura com as estruturas arcaicas do passado agrário, mas como continuidade do longo processo histórico que sempre combinou o moderno e o arcaico da sociedade brasileira. Werneck Vianna combina em sua análise histórica as categorias de “via prussiana,” de Lênin, de “revolução passiva”, de Gramsci, com as teses de Barrington Moore Jr. sobre a “modernização conservadora”. É ancorado em MOORE JR. (2010) que Werneck Vianna fundamenta sua apreciação do liberalismo e a forma por ele adquirida no Brasil, não como uma ideia “fora do lugar”, mas como um modelo que estruturalmente tornou-se incapaz de incorporar as massas.

Foi no contexto dos debates sobre a transição do feudalismo para o capitalismo após os anos 1950 que nasce o conceito de “modernização conservadora”, cunhado por Barrington Moore Jr. e desenvolvido originalmente no livro *As origens sociais da ditadura e democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno* (Moore Jr., 2010), cuja primeira edição é de 1966. Moore Jr. pretende analisar como, a partir de uma abordagem histórica comparada, as formas que assumiram as vias da modernização capitalista e que influenciaram decisivamente na formação dos Estados das sociedades industrializadas a partir de três grupos de países: Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha, Japão, Índia e China.

MOORE JR. (2012) tem como centro das suas preocupações um estudo comparativo entre as vias históricas da modernização: as revoluções burguesas clássicas (Revolução Puritana Inglesa, Revolução Francesa e a Guerra-civil americana), marcadas pelo recurso à violência contra a Coroa e os senhores de terra; as revoluções burguesas “pelo alto”, que as sucederam durante a segunda metade do século XIX, como Japão e a Alemanha, caracterizadas como capitalista e reacionária, e que se deu através de um pacto político que envolveu a monarquia,

a burocracia civil e militar, os grandes proprietários de terra e setores da burguesia comercial e industrial com o objetivo de superar os entraves à modernização industrial, mantendo o *status quo* dos grandes proprietários de terra, sem os conflitos que produziram a violência revolucionária inglesa, francesa e americana. “À medida que prosseguiram com a modernização conservadora, estes governos semiparlamentares tentavam preservar a estrutura social inicial, aplicando grandes secções dessa estrutura no edifício novo, sempre que possível” (MOORE, 2010, p. 454). Enfim, foi a incapacidade desses regimes de “enfrentarem os problemas graves da época e introduzirem alterações estruturais fundamentais” que a porta para o fascismo foi aberta (id.). Moore considera que outros países europeus (Itália, Polônia, Hungria, Romênia e a Grécia) enfrentaram as pressões do alargamento da democracia, sem lograrem promoverem uma solução adequada para elas. Por fim, a terceira via de modernização são as revoluções camponesas da China e da Índia. Nesses dois países, o poder das monarquias foi se desestruturando após o contanto com os britânicos, sem que fossem gestadas classes burguesas suficientemente fortes para alterar as relações no campo.

A primeira dificuldade que se apresenta para o uso da categoria modernização conservadora ao caso brasileiro reside na origem e no desenvolvimento histórico dessas sociedades depois do século XVI, todas, claro, muito diversas entre si. Com exceção dos EUA, cujos traços principais da sua formação e do seu desenvolvimento como nação foram adquiridos, assim como o Brasil, após os primeiros contatos com os europeus depois do século XVI, na Europa e na Ásia experimentou-se uma transição para a modernização burguesa a partir de sociedades com traços comuns, isto é, “feudais”. Aqui, cabe um parêntese para chamamos a atenção para os casos da China e da Índia. Com suas respectivas particularidades, as formas que ali adquiriram a propriedade da terra e as relações dos proprietários com o campesinato, foram marcadas profundamente pelo controle do Estado (MOORE, 2010, pp. 175-241 e 329-426). Essas dificuldades não são desconsideradas por Moore, muito pelo contrário, já que se trata de um estudo comparativo. O que há, entretanto, em comum entre essas experiências históricas e que permitem uma comparação entre elas e a brasileira? 1) todas essas sociedades se modernizaram a partir de sociedades agrárias e, 2) “como espécime político, pertencem ao mundo moderno” (id. 329).

A segunda dificuldade decorre da primeira e guarda muita relevância para o caso brasileiro, dando-lhe uma singularidade que, se não o torna um caso único, em muito o distingue dos

países estudados por Barrington Moore: a existência de um numeroso campesinato, cuja importância econômica e social definiu nesses países os rumos dos respectivos processos de modernização na Europa e na Ásia. No Brasil, a questão camponesa teve pouca relevância em termos econômicos e políticos, e um fato a corroborar isso foi a manutenção de uma estrutura agrária de origem colonial, mesmo depois da modernização da agricultura já na segunda metade do século XIX, com a introdução de inovações tecnológicas e a criação de complexos agroindustriais e novas formas de ocupação do território, com a expansão da “fronteira agrícola” (GRAZIANO DA SILVA, 1981; GONÇALVES NETO, 1997).

Para confirmar essa tese, é relevante lembrar a dificuldade, ainda hoje insuperável, de encontrar uma definição histórica e amplamente aceita para “campesinato” no Brasil (ver, por exemplo, WELCH, 2009). Isso nos remete a uma questão: Moore afirma que na Índia “não houve revolução burguesa, nem revolução conservadora vinda de cima, nem revolução camponesa”. Ou seja, no país asiático o “advento do mundo moderno não levou a erupções políticas e econômicas” (MOORE, 2010, p. 329). Não é esse também o caso do Brasil? No caso da Índia, em grande medida Moore atribui isso à passividade dos camponeses indianos, que mesmo tendo suportado o “sofrimento material” como os chineses, não se produziu no país uma revolução camponesa, como a revolução chinesa (id. 385). Moore atribui essa passividade às relações estabelecidas na sociedade indiana, especialmente no campo, à existência das castas, elemento essencial do hinduísmo até o século XIX. Uma questão que merece ser analisada é: até que ponto a escravidão ajudou a evitar que os conflitos no campo brasileiro? Na Índia, como lembra Barrington Moore, a principal forma de contestação em situações de crise social no campo foi o abandono em massa das propriedades por parte dos camponeses.

No caso do Brasil, além da manutenção da escravidão como relação de trabalho predominante, o chamado “setor externo” estabeleceu grande relevância para transição que produziu a modernização burguesa, aspecto que se manteve importante mesmo depois de 1930. No caso da escravidão, o trabalho no campo viveu uma lenta passagem para o assalariamento, tendo convivido ao longo desse percurso com as mais variadas formas de trabalho pré-capitalista (GUIMARÃES, 1989). Ou seja, em grande medida, as particularidades históricas do caso brasileiro estão fortemente determinadas por sua formação colonial, que estabelece tanto distinções quanto às formas de controle da terra quanto à

coerção do trabalho no campo. Enfim, se a solução dada ao problema camponês abriu o caminho para o fascismo na Alemanha e no Japão (MOORE, 2010), no Brasil, a forma como se deu a transição da escravidão para o trabalho livre, associada à preservação da grande propriedade rural voltada para o mercado externo, e uma burguesia frágil, pode estar no cerne das soluções autoritárias dadas em momentos de impasses políticos ao longo da nossa história.

Por outro lado, se formos considerar as datações – a independência, por exemplo, acontecimento de onde parte Florestan Fernandes (2005) para explicar como se deu a revolução burguesa no Brasil, – o Brasil se antecipa em algumas décadas aos processos que levaram ao fim da servidão na Rússia (GERSCHENKRON, 2015), à Restauração Meiji, no Japão (HENSHALL, 2008), ou às unificações alemã (KITCHEN, 2013) ou italiana (GRAMSCI, 2015). Enfim, a Independência, o fim da escravidão e da monarquia, o advento da República, a “Revolução” de 1930 e a “Revolução” Constitucionalista de 1932, o Golpe de 1964, a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 1985, e o processo de redemocratização que a sucedeu, os governos Collor e FHC e, por fim, os governos petistas e o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, inserem-se nesse amplo desenvolvimento histórico que identificamos aqui, provisoriamente, como *via de modernização burguesa-conservadora brasileira*, processo cuja marca indelével são os pactos intraclasses proprietárias do campo e da cidade e a ausência de rupturas históricas claras o suficientes que nos sirvam para demarcar períodos históricos distintos, apesar dos esforços empreendidos por diversos estudiosos, que aqui serão mencionados.

Como chamou a atenção Tavares (1996) sobre essa característica da nossa história:

“O que mais me espanta neste país é a capacidade das classes dominantes promoverem sucessivas ‘revoluções’ e pactos conservadores que têm conduzido o Estado, a economia e a sociedade a um processo contínuo de desenvolvimento desigual e combinado, tanto das forças produtivas quanto das relações sociais, desde a sociedade mercantil escravista até os nossos dias.” (TAVARES, 1996, p. 3)

O fato é que a industrialização produziu uma heterogeneidade econômica, social, cultural, política e regional que gestou novos sujeitos políticos e demandas próprias das sociedades industriais, o que acabou por tornar os conflitos inevitáveis, como foi a chamada “Revolução

de 1930”. Como demonstra Tavares, a radicalidade de 1930 levou à guerra civil de 1932, cujo resultado foi o pacto conservador que estabeleceu, desde então, uma saída que combinou prioridade ao desenvolvimento industrial através do seguimento do modelo de substituição de importações, especialmente de bens de capital, financiado pelos superávits obtidos com as exportações de produtos agrícolas, com a manutenção da estrutura agrária. Essa escolha, esse pacto pelo alto, acabou por ratificar o caráter originariamente conservador do Estado desenvolvimentista brasileiro (TAVARES, 1983) e produziu, décadas depois, especialmente depois de 1950, as “fugas para frente” relativas aos impasses gerados pelas formas de financiamento do desenvolvimento brasileiro (FIORI, 1995), impasse que a rigor se mantém e está presente na crise do impeachment de Dilma Rousseff.

As experiências históricas dos governos Jango e Lula-Dilma levaram, sobretudo porque representavam, na sociedade de seu tempo, os interesses de grupos e classes sociais com vínculos nacionais mais sólidos e que, por isso, tinham potencial para ameaçar esse pacto conservador e dar outra dinâmica ao modelo de desenvolvimento brasileiro. Essas experiências colocaram em jogo o pacto político construído no pós-Segunda Guerra (FIORI, 2005) acabaram por consolidar, principalmente após 1964, a via conservadora do desenvolvimento capitalista no Brasil, mais uma vez ao promover o salto de modernização sem, mais uma vez, alterar as estruturas econômicas e sociais, bem como a hegemonia política das classes proprietárias agrárias, industriais e financeiras, associadas ao capital estrangeiro (OLIVEIRA, 1989).

Por fim, não é possível deixar de mencionar aqui, mesmo que brevemente, a influência das teses do economista de origem russa Alexander GERSCHENKRON (2015), cuja análise enfatiza a intervenção do Estado na economia para acelerar o desenvolvimento e promover um salto de modernização, e que exerce profunda influência sobre a escola estruturalista da UFRJ e da Unicamp, sob a liderança de Maria da Conceição Tavares, José Luís Fiori, já aqui citados. Esses autores procuram articular um amplo projeto de análise histórica da economia brasileira para pensar a questão da modernização brasileira a partir de GERSCHENKRON. Desse trabalho, nasceu um importante livro organizado por José Luís Fiori (FIORI, 1999) que reúne um conjunto de escritos que procura sintetizar as principais experiências de modernização do mundo capitalista para refletir o Brasil, com ênfase no papel do Estado.